





Entrevista

EDUARDO MEDEIROS

**Os historiadores – e antropólogos –
continuam a usar nomenclaturas e
categorias sociais fixadas sem sentido**



Eduardo Medeiros

Os historiadores – e antropólogos – continuam a usar nomenclaturas e categorias sociais fixadas sem sentido

Entrevista conduzida por Eugénia Rodrigues* e Augusto Nascimento*

2 de Dezembro de 2017

Eduardo da Conceição Medeiros nasceu em 1941, na freguesia de Chão de Couce, concelho de Ansião, donde foi, ainda criança, para a cidade da Beira em Moçambique. Em 1958, a campanha de Humberto Delgado para a presidência da república em Portugal, que suscitou um amplo apoio na Beira, levou-o a aderir aos meios anti-coloniais e anti-fascistas em Moçambique. Eduardo Medeiros passou a fazer a ligação entre nacionalistas e opositores radicados em Joanesburgo, na África do Sul, e os da Beira e da então cidade de Lourenço Marques.

Por não existir universidade em Moçambique, em 1962 chegou a Lisboa para estudar engenharia civil no Instituto Superior Técnico, na época das grandes movimentações estudantis. Já cadete miliciano em Tavira, foi preso pela PIDE (Policia Internacional de Defesa do Estado) no Hospital Militar, em Évora, em 1964, no âmbito da vaga de prisões que atingiu os meios estudantis opositores ao Estado Novo em Lisboa, Coimbra e Porto. Tendo sido condenado a dezasseis meses de prisão, foi libertado ao fim de treze, por efeito de uma amnistia a presos não condenados a prisão maior. Convocado para prosseguir o serviço militar em Penamacor, Eduardo Medeiros decidiu-se pelo exílio, na Bélgica, onde obteve o estatuto de refugiado da Organização das Nações Unidas. Licenciou-se em Ciências Sociais (Antropologia) pela Universidade Livre de Bruxelas, em 1972. Entre 1976 e 1988 leccionou na Universidade de Maputo, actual Universidade Eduardo Mondlane. Foi co-fundador, com o Professor Aniceto dos Muchangos, da Universidade Pedagógica, onde leccionou e criou o Departamento de Antropologia. Doutorou-se em Antropologia Social e Cultural, na Universidade de Coimbra, em 1996, com a tese sobre os Ritos da iniciação dos rapazes Macua-Lómuè (Norte de Moçambique), Regressado a Portugal, em 1998, ingressou na Universidade de Évora, onde trabalhou até 2007.

Eugénia Rodrigues e Augusto Nascimento (ER/AN): Chegou ainda criança à Beira, onde completou o ensino primário e fez o secundário, num período que coincidiu com o início da acção pastoral de D. Sebastião Soares de Resende como bispo da Beira. Que memórias guarda da cidade desses tempos?

Eduardo Medeiros (EM): Para a criança que era eu nesse tempo, a cidade estava na outra margem, à esquerda do braço de mar, dito *Chiveve*. A minha família vivia do outro lado, num lugar que se chamava Esturro e que ainda não era propriamente um Bairro, à beira da estrada Alfred Lawley (que só soube quem fora muitos anos depois) que

ligava Matacuane e a Chota. Entre essa estrada e a Munhava ficava uma primeira linha de algumas casas de madeira e zinco e de casas de pau a pique e cobertura de palha, e para além delas, os pântanos com arrozais.

Do outro lado do *Chiveve* estava a cidade dos britânicos e associados lusos e de outras nacionalidades, das firmas inglesas e afins, com o seu «campo de golfo», o seu “Club”, o templo deles, mas também o dos gregos, o dos católicos e o Bairro nobre da Ponta Gêa (descrito recentemente por Borges Coelho, mas para um tempo posterior ao meu). Na foz do *Chiveve*, mas na margem direita estava o porto e a estação do caminho de ferro para onde iam trabalhar os do

* Universidade de Lisboa, Centro de História.

Esturro, de Matacuane e da Munhava, e ali perto da área portuária ficava o Maquinino. Era um bairro antigo – “chiqueiro de porcos”, no dizer de um famoso colonialista –, de gente pobre, modesta, remediada, numa convivência de europeus pobres, chineses, indianos, mestiços de várias mestiçagens e alguns africanos residentes, bairro onde ficava a minha Escola Primária, o meu cortador de cabelo, e o *Beira Amateur*, campo de *Cricket* e de *Hoquey Campo* dos britânicos onde eu passava tardes de sábado a ver espantado “jogar” aquilo, e a bebericar chá numa taça de porcelana nas bancadas que me era ofertado! Para o lado do caminho de ferro, um antigo e bonito bairro de casas de madeira e zinco, e o Clube Ferroviário. E ficava também nesta margem direita, já distante do principal braço de mar mas envolvida pelos seus canais, a sede e o campo de jogos do Centro Recreativo Indo-Português, e a novíssima Igreja de Nossa Senhora de Fátima e os Cemitérios, o dos “civilizados”, e mais longe, a dar com a estrada para Matacuane, diante da casa dos meus pais, o dos Indígenas, e mais adiante os *Compounds* dos trabalhadores da estiva vindos das reservas de mão de obra do Centro e do Norte de Moçambique.

Entre o Esturro e a cidade ficava o aeródromo que passou a ser o “*dáda*” de Jorge Jardim, onde víamos as avionetas descolar e aterrar. Ficava depois do campo de aviação o canal principal do *Chiveve* e os seus múltiplos ramais e o «campo de golfo», mais a residência episcopal e de Soares Martins, tudo bordejado pela famosa estrada Correia de Brito que se prolongava em direção ao núcleo primitivo do burgo até à Praça do Município. Quando os ramais do *Chiveve* se inundavam com a maré-alta tínhamos que fazer um desvio para ir para a Escola. Menos o meu irmão mais novo, que ficava com amiguinhos na margem da “*lângua*” a pescar *mussopo*.

Depois, quando fui para o Liceu, comecei verdadeiramente a minha descoberta da cidade e das suas praias índicas, sobretudo a dos Pinheirinhos, para lá do mangal. Foi

neste período que passei a cruzar-me com Soares Martins, com os do “*revirinho*” no *Cine-Clube* e nas bancadas dos campos de desporto (porque nunca fui frequentador assíduo de cafés).

ER/AN: Entretanto, a Beira começou a crescer muito e a mudar de fisionomia social e económica no final dos anos 50, com forte desenvolvimento económico e turístico, e com a chegada de muitos colonos. E por isso fugia dela!

EM: Foi de 1959 a meados 1962 – quando abandonei definitivamente a cidade – que viajei pelas actuais províncias centrais, pela antiga Rodésia e pela África do Sul, com estadias em Lourenço Marques. (E até tinha programado uma ida e volta a Moçâmedes, na outra costa, mas os acontecimentos no Catanga desfizeram-me o projecto!). Foram as minhas viagens de contrabandista aprendiz de militante anticolonial, sem saber exactamente o que e como era isso. Comecei por pedir boleia ao comandante de um navio que ia acostar no porto de Quelimane! Com mesa e cama! Num atrevimento que enterneceu o dono do barco! Mais a conversa sobre isso de andar de porto em porto e do que se podia saber em cada um deles.

No ano seguinte levaria (o navio), de Lourenço Marques para a Beira, um pacote de jornais proibidíssimos na colónia vindos do Brasil para Joanesburgo que eu transporte para Lourenço Marques. Depois, em Quelimane, como não conhecia ninguém, fui bater à porta do governador, que se sentiu na obrigação de me dar guarida, e me meter rapidamente na cabine de um camião na manhã seguinte para ir à vida..., até ao Ile, e depois tomei outro até ao Alto Molócué, e depois outro até ao Gurué, e depois uma clandestinidade até ao Malawi, e depois noutro até Mocuba, e depois ainda noutro até Mopeia, e depois, numa canoa até à Missão da Chupanga, na outra margem, e depois no comboio de via reduzida da Sena Sugar até Vila Fontes e

no Trans Zambezia Railways de regresso à Beira.

Na viagem seguinte regressaria pelo TZR até Donana, Mutarara, Caldas Xavier (hoje: Cambalatsitsi, ou Kambulatsitsi), e nos camiões até à Angónia, até Moatize, até Tete, Boroma, depois Catandica, Chimoio, e de comboio novamente para a Beira. Deu para ver campos, tal como o jovem padre Soares Martins nas suas andanças, a paisagem humana dos rurais, a cara (e as casas) de recrutadores de mão de obra, as plantações de sisal e de chá na Zambézia, e as minas de carvão em Moatize, dos belgas, que não me deixaram visitá-las, e a vila poeirenta, quentinha e sequíssima de Tete, onde conheci os familiares dos meus colegas no Liceu da Beira, a tribo dos tetenses. Mais tarde, noutros comboios, até Lourenço Marques, via Salisbury, Bulwayo, Francistown, Joahnnesburg para me encontrar com o Adelino Simões, com estadias nas escaldas para “sentir!” os nacionalismos chonas e matabeles e ouvir falar dos que seriam fundadores de movimentos independentistas, Stithole e Nkomo, com fotografias nos jornais africanos que lia (e levava para a Beira). E, em Lourenço Marques, com a Bertina e o Virgílio, o Craveirinha e o grupo do *Despertar* (José Luís Cabaço, Fernando Magalhães, de quem tinha ajudado a vender na Beira o seu «3x9=21», o Luís Bernardo Honwana, a Ana Maria Barradas, e outros, e outros...

ER/AN: Na Beira, participou em atividades antifascistas e anticoloniais, nomeadamente a partir da campanha de Humberto Delgado, em 1958, o qual obteve a maioria de votos na cidade. Qual era o clima político que se vivia então na Beira? Pode falar-nos um pouco sobre o seu próprio envolvimento nas movimentações políticas então em curso?

EM: Comecei antes de 1958. Curiosamente, na paróquia de Nossa Senhora de Fátima, gerida pelos Jesuítas, onde havia um grupo da Ação Católica, nas reuniões do qual

alguém perguntava: “porque não estão aqui católicos negros?”. Começaram nesse dia as minhas interrogações e a minha aspiração militante, alimentada na biblioteca do Clube Ferroviário, fundada e gerida certamente por “obreiros, que só mais tarde rotularia de anarquistas e comunistas, pelo que já tinha lido nos *Subterrâneos da Liberdade*, de Jorge Amado, daquela biblioteca, onde havia de tudo, clube onde passei a jogar (mal) futebol e basquetebol, mas também nas conversas na Munhava com um místico brãmame de quem queria saber o que era isso das «castas», mas que me falava da situação hindustânica e sobre o destino de Goa Damão e Diu. Raiva anticolonial definitiva quando assisti ao lançamento para valas comuns no cemitério indígena diante da casa dos meus pais de dezenas de cadáveres queimados de trabalhadores que morreram na tragédia no porto. Mas na Beira nunca estive ligado a qualquer grupo anti-salazarista organizado, se é que os havia (!), talvez só o dos franco-maçons (o dos chineses, certamente, segundo o meu amigo Weng, que fora iniciado (!) mas usavam uma outra designação). Gravitava, sim, entre grupos de amigos (creio que não organizados politicamente), como o do Fernando Couto (pai do Mia) pelo jazz e Paul Robson, do Nunes Cordeiro, do Carlos Lança, nos da Biblioteca Municipal (onde passava o Américo Nunes e o Máximo Dias), na Manga em casa do operário da via e obras do caminho de ferro, que eu designava arreliado por “anarquista” por causa da filha (mas que pelos vistos tinha sido mesmo), só por que ele me punha a ouvir Wagner de enfiada por aquelas bobines de fita contínua que nunca mais acabava, como que para pagar o “lobolo”, mesmo assim, da filha, «nada!». Mas sobretudo com os do desporto, verdadeiras situações de moçambicanidade, mais os «sino-moçambicanos», e o Zé Pádua, que andava ainda a pintar cavalos. Participei nas manifestações pelo Humberto Delgado lançadas por malta do Liceu (Rui Nogueira, Américo Nunes, António Matos e outros e outras

(pergunto-me se não foi o tempo da Maria João Seixas e da Isabel Brito!). Mas também fui escolhido no Liceu (não sei porquê) para ir cumprimentar o senhor Ministro Adriano Moreira, de passagem pela cidade! Para lhe dizer que andávamos assim, os jovens, como que a não compreender os “*évènements*”. Até que chegaram à Beira, vindos de férias, aqueles da *Crise Académica!*

ER/AN: José Soares Martins chegou à Beira, em 1955, para se tornar um dos braços direitos do tio, o bispo D. Sebastião Soares de Resende. Em 1956, assumiu a chefia da redação do *Diário de Moçambique*, criado para, conforme o bispo, “debelar os abusos”, e em 1959 tornou-se seu diretor-adjunto. Chegou a conhecer José Soares Martins nessa altura e a sua atividade na diocese e no *Diário de Moçambique*?

EM: Claro! Embora não privasse com ele. Que queria ele saber desse miúdo que era eu? Mas cruzava-me com ele e tive falas sobre ele em diversas circunstâncias. A primeira, no Instituto Liceal D. Gonçalo da Silveira (antes do Liceu oficial), criado pelo senhor Bispo e gerido pelos Maristas (quase todos brasileiros). Numa famosa fotografia muito conhecida estamos todos: Dom Sebastião, os Maristas, Soares Martins, e todos os alunos, dos quais eu no meio da maralha. A segunda, na própria Diocese, onde ia com outros jovens falar com o bispo sobre a criação de um grupo de Escuteiros. A terceira, em conversas com meu irmão que na Escola Técnica era aluno dele. A quarta, em conversas com o Rui Cartaxana, que na altura já morava no Esturro, e que andava pelo *Diário de Moçambique* naquela guerra dos arrozais contra o advogado dos que se diziam “donos” daquilo. A quinta, com os meus amigos chineses do Esturro e da Manga, da *Juventude Católica Chinesa*, que andavam muito ligados a ele em viagem pela Gorongosa, a sexta com o Rui Nogueira que tinha um quarto de página semanal no *Diário de Moçambique*.

ER/AN: A atividade jornalística parecer constituído uma verdadeira devoção de José Soares Martins. Da sua ação jornalística, retém algum texto marcante? Como era a receção e o uso do *Diário de Moçambique* na Beira e em Moçambique?

EM: Dos escritos dele li certamente os *Editoriais* não assinados. Lembro-me dessas primeiras páginas sobre o Congo belga, sobre as grandes cheias do Zambeze, sobre os arrozais da Munhava.

ER/AN: Como estudioso do passado colonial da cidade da Beira, que “notas escaldantes” – expressão de José Capela – deveriam ser relembradas e necessariamente levadas em conta na história da vida da cidade e, na medida em que se afigurar pertinente, na história de Moçambique?

EM: Até 1960 a Beira foi um burgo muito cosmopolita, no sentido liberal dos costumes, com uma elite letrada e cultivada, e num estranho «*todos iguais*» entre brancos e cooptados. Isso provocava obviamente ao bispo e sobretudo aos religiosos retrógrados, críticas azedas e mal-estar (e sorrisos certamente ao jovem Soares Martins). A Dom Sebastião, “irritava-o” a fação maçónica e a incompetência administrativa no mundo rural, o *apartheid* na cidade muito mais estabelecido que noutra localidade moçambicana. Como não havia *tabloids* nem os *blogs* de hoje, íamos todos, sobretudo os não praticantes, à Missa das 9h na Paróquia de Nossa Senhora de Fátima onde o padre predicava com veemência sobre as “poucas-vergonhas” que assolavam a cidade! Sobretudo na chegada ao cais dos *paquebots* de cruzeiros vindos pelo canal do Suez. Tanta veemência levou o homem a deixar o sacerdócio!

Havia, pois, nesse tempo na Beira, um grupo importante de liberais e intelectuais antifascistas (que não necessariamente anticoloniais, e só uns raros a pensar em

independentismos futuros, sabemos lá quais!), e um importante grupo de homens da Igreja Católica das Missões, quase todos não portugueses, e quase todos anticoloniais e independentistas, num independentismo mais africano, nestes. Foi por entre esses grupos na cidade e nas Missões aquando das minhas viagens que me fui alimentando. Todavia, só com as vivências posteriores fui descodificando e rotulando todas essas coisas. Havia também na cidade uma elite grega, britânica, e de outras nacionalidades. Dos gregos só aproveitei as suas actividades desportivas e os cantos litúrgicos nas suas missas ortodoxas! Creio que na Beira quis ver e sentir tudo o que era local de culto, chinês, indiano, muçulmano, ortodoxo, anglicano, metodista, católico (da missa africana das 7) e sessões do “*nhamusoro*” no Régulo Luís. E a extraordinária liturgia do futebol aos domingos de manhã no *matope* seco da Chipangara, ou nas belíssimas tardes da estação seca no campo da Missão de São Benedito, na Manga.

Depois de 1960, ou mesmo um ou dois anos antes, isto mudou com a chegada de muitos metropolitanos, com formação ou desenvolvimento das suas Casas Regionais, das romarias (a de Nossa Senhora do Mar (?) ou da Agonia (?) dos poveiros e afins na “praia dos Pinheirinhos”, das procissões, das sucursais dos Clubes metropolitanos, da ocupação classista e racial das praias, etc.

ER/AN: Recorda alguns momentos de conflito surdo entre D. Sebastião Soares de Resende e Jorge Jardim? Ou entre adeptos e opositores do regime? Tendo presente que nem todos os elementos do revirinho” eram anticolonialistas, de que modo tais conflitos, porventura mote de conversas em surdina, eram sentidos e vividos na cidade?

EM: Foi nesse novo contexto citadino e de Moçambique, após 1958, que Jorge Jardim se lançou para a ribalta social e política local (e na colónia). Em conflito, obviamente, com D. Sebastião. Os dois homens

tinham posicionamentos religiosos e políticos bem diferentes, e também na defesa de patrimónios respetivos, o do *Diário de Moçambique*, por exemplo, com o ataque lançado por Jardim pela aquisição do *Notícias da Beira*, o do *Rádio Pax* versus *Rádio do Aéro-Clube*, de que Jardim era influente, o dos *Escuteiros* de vertente católica versus *Escuteiros* lançados pelo Jardim com o seu *Jamboree*, no Dondo, o da *Escola Chinesa*, que o senhor bispo pretendia que fosse gerida pela Diocese, contra os “maçons” chineses amigos e compadres de Jardim, etc.

ER/AN: Da cidade da Beira veio para Lisboa, em 1962, para estudar no Instituto Superior Técnico e viveu na altura na Casa dos Estudantes do Império. Como foi a sua experiência na casa e o convívio com os nacionalistas africanos?

EM: Estive sempre ligado à CEI até à minha prisão. Mas não vivia nela, no sentido de ser hóspede do Lar da Casa. Comia, sim, palavreava, e participava na conspiração de muitos dos seus membros. Éramos muitos pró-nacionalistas e independentistas, cada um à sua maneira, e cada qual com tarefas próprias, os que as tinham, invisíveis, *Et pour cause!* Mas a maioria não as tinha, mesmo os que estão ou estiveram no poder depois nesses países. Mantive relações de amizade e de interesses com todos, falando sempre de outras coisas. Portanto, respondo à pergunta com uma outra: «quem é que vivia com quem?». Não era eu para eles o «sobinha»? Convém dizer o seguinte: nem todos os anticolonialistas na CEI tiveram actividades antisalazaristas! Para muitos deles, o anticolonialismo era uma caminhada natural para o seu futuro. Não a luta anti-fascista do presente. Então para aqueles brancos da CEI, anticolonialistas e com práticas associativas estudantis (que me levaram à expulsão do Técnico) e militância anti-fascista (que me levou à prisão) foi tramado! Olhados de soslaio de um lado e do outro (por isso quando fui a Paris em

1964, regressei e acabei por ser preso!). Personagens estranhas, que éramos, bons para sermos aproveitados. Até hoje, para os “indígenas” de ambos os lados.

ER/AN: Depois da independência de Moçambique e de se ter formado como antropólogo na Bélgica, foi convidado, em 1976, para ser professor na Universidade Eduardo Mondlane. Nessa altura, também José Soares Martins regressou a Moçambique para ser adido cultural na embaixada portuguesa. Conviveram durante esses anos em Maputo. Como caracteriza a atividade de Soares Martins como adido cultural?

EM: Respondo com três palavras: com «Diplomacia» embora não fosse diplomata de ofício, com «Trabalheira» por ter aturado tantos diplomatas, e com atuação trabalhosa, e «Relevante» por tudo o que fez, e que ainda hoje perdura.

ER/AN: José Soares Martins revelou-se um historiador prolífero, tendo abordado temáticas tão diversas como a do vinho para o preto, a burguesia mercantil do Porto, a República de Maganja da Costa, os prazos do Zambeze ou o tráfico de escravos e editado importantes documentos para a história de Moçambique. No caso do tráfico escravagista, chegaram a colaborar e escreveram juntos o livro *O Tráfico de Escravos de Moçambique para o Oceano Índico*, publicado em 1987. Como escolheram esse tema que, na época, era quase inexplorado na História de Moçambique?

EM: Tanto Soares Martins como eu tínhamos lido sobre o comércio de escravos suahili para as Comores e Madagáscar, e que os franceses os levavam dali para a Reunião e Maurícia. Pelo meu lado, por causa do meu interesse sobre a extensão dos falares que hoje dizemos “macuas” tinha estabelecido contactos com Madagáscar através do investigador Noel Guenier acerca

dos «Makoa» que por lá se estabeleceram. E, de seguida, tínhamos tido conhecimento dos textos de Filliot e de Vérin sobre os «Mozambiques» naquelas Ilhas. E, obviamente, o célebre artigo de Edward Alpers nos *Cahiers d'Etudes Africains*, de Paris.

ER/AN: No seu livro sobre as *Etapas da Escravatura no Norte de Moçambique*, em 1988, considerou que existia uma escassez de fontes pelo que “Só a Etnologia, a Linguística e a re-análise dos velhos textos árabes, portugueses e indianos referentes ao oceano Índico poderão revelar mais dados sobre a amplitude do tráfico e da escravidão”. No caso dos textos, eles têm sido usados para construir a história do tráfico, nomeadamente por José Capela. Como é que a etnologia e a linguística poderiam alargar o nosso conhecimento sobre o tema?

EM: Sempre fui muito persistente em dizer que só a etnolinguística, a arqueologia, a etnohistória, a etnobotânica e mesmo a etnozologia, disciplinas ignoradas ou quase em Moçambique, eram indispensáveis para a história do passado moçambicano e das Diásporas nas Ilhas do Oceano Índico ocidental. Os historiadores (e antropólogos) continuam a usar nomenclaturas e categorias sociais fixadas sem sentido, como, por exemplo, o das etnias, como se elas sempre tivessem existido e vindo “*d’ailleurs*”! O que não é verdade. Algumas das próprias identidades étnicas e respetivas etnicidades estão em construção hoje por questões políticas nacionais e regionais. Vejam o caso dos Macondes que não era historicamente etnia alguma como Jorge Dias supôs, mas que começou a ser construída desde Mueda, ou um pouco antes. Ora, o estudo aprofundado pela etnolinguística dos falares em cada uma das regiões é indispensável para a compreensão a evolução local desses idiomas. Tomemos o caso «xisena». Este idioma surgiu no contexto das mestiçagens no vale

do Rio Zambeze, entre a Lupata e a Foz. Foi uma «língua franca» como ainda o é hoje, antes do advento de uma *Etnia Sena*, se é que ela já existe verdadeiramente! Todas as populações que têm vindo a dar origem às propagadas etnias resultam da primeira leva de ocupação do território de agricultores da Idade Antiga do ferro, seguida de uma outra de agricultores da Idade Recente do Ferro, alguns chegados depois dos europeus terem arribado aos litorais do Oceano Índico. Todos agricultores. O que é que a etnohistória e a etnobotânica nos tem dito sobre isto? Pouco! Muito menos sobre a chegada dos pastores e seu gado, falando, ou não, idiomas bantu. O que é que a etnolinguística e a etnozologia nos diz sobre isto, para Moçambique? Pouco. Mas continua-se a falar de uma «agropecuária» como se isso tivesse existido num passado não muito antigo!

ER/AN: Há dezenas de anos, Valentim Alexandre defendeu que o carácter inovador da abordagem da história colonial estava nos escritos de José Capela e não no de historiadores profissionais. No plano historiográfico, qual o legado da diversificada obra de José Capela para todos os estudiosos de Moçambique?

EM: Não sei. Vós, historiadores da História Colonial é que deveis esclarecer isso. Para mim, a questão é: «Contribuirão os escritos de Capela para uma História Moçambicana? Só o futuro dirá. Esperando que sim.

ER/AN: Atenta à pluralidade política, económica, social e cultural de um Moçambique, irreconhecível e inimaginável há poucos anos, para não dizer há décadas, a que desideratos políticos e sociais poderá servir a obra historiográfica de Soares Martins?

EM: Para já, nenhuns. Na atual fase de construção da própria ou próprias identidades

vão tentar que seja ignorado! Só os futuros historiadores moçambicanos vão querer pegar em tudo o que seja útil e indispensável para a História Moçambicana. E os de José Capela são-no.

ER/AN: E qual a importância da obra historiográfica de José Capela para a historiografia de portugueses e de outros sobre Moçambique, a região e as relações com o espaço do Índico?

EM: Servirá para engrossar a bibliografia e algumas notas de roda pé dos profissionais. José Capela não foi, nem será um dos seus! Por enquanto!

ER/AN: A sua própria obra no campo da antropologia sobre as sociedades do norte de Moçambique tem uma forte ligação à história. Como é que a antropologia se articula com a história para compreender o passado dessas sociedades?

EM: Teoricamente, a Antropologia é uma Ciência do Hoje, da observação participante. Mas a maioria dos antropólogos envolvem-se em questões históricas fazendo de conta que não! E outros, fazendo de conta que não houve história, servem modas e jogos políticos internos e externos do momento. Voltai ao Eráti e à história regional das identidades macuas e estruturas e domínios políticos na longa duração (sob domínio europeu desde o final do século XIX)! A mim ficou-me o vício da contextualização histórica, vício que me veio de Vansina e Maquet, em Bruxelas. Mas nas condições de trabalho em que estive envolvido em Moçambique não me tornei nem uma coisa nem outra, nem as duas juntas. Apenas um compilador etnográfico nos tempos livres e nas férias das minhas obrigações de docência na Universidade Eduardo Mondlane e na Universidade Pedagógica.

